

O FUNDAMENTALISMO E A NOVA ORDEM MUNDIAL: A Crise de Representação e o Império Americano

*Francisco Josênio Camelo Parente**

Resumo: Estudo o fundamentalismo, a partir da idéia de que a religião constitui uma força imanente às estruturas sociais, ao lado da política e do mercado. Após o atentado aos ícones do capitalismo financeiro internacional, o terrorismo entrou para o debate intelectual como um álibi neoconservador do império americano. Tal quadro enseja reflexões mais realistas sobre as tensões globais da contemporaneidade.

Palavras-chave: Teoria Política, Secularização, Relações Internacionais, Religião, Política.

Abstract: I study fundamentalism, starting from the idea that religion constitutes an inherent force of social structures, together with politics and the market. After the attack on the icons of international financial capitalism, terrorism entered the intellectual debate as an American neo-conservative álibi. Thus, more realistic reflections need to be made on current global conflicts.

Key-words: Political Theory, Secularization, International Relations, Religion, Politics.

O século XXI inicia com a queda espetacular das torres gêmeas, um atentado ao poderio americano e aos ícones da moderna civilização Ocidental. Por detrás dos vários significados que esses símbolos representam, o século inicia também com a entrada em cena das religiões monoteístas e de sua diversidade no mundo em processo de uma globalização liberal. Esse dado é significativo, pois o século XX sufocou a religião do cenário político não apenas nos países socialistas, mas também nos países capitalistas, com o aceleração do processo de secularização. As sociedades mais tradicionais, isto é, onde ainda predomina uma

economia de subsistência, é que preservaram sua ‘pureza’ ideológica e uma submissão teocrática.

A diversidade na orientação religiosa, competindo por hegemonia política, esteve sempre presente nas relações internacionais, como nas cruzadas da Idade Média. Na modernidade, ao contrário, a Religião passou a ser submetida a um processo de secularização bem como a permanecer como coadjuvante nos governos laicos, que prometiam ser democráticos e liberais. A contradição surgia quando a religião, um elemento estrutural para qualquer processo de sociabilidade, estava presente em toda teoria do Estado e do poder¹. Qual o segredo do ‘desaparecimento’ de Deus, se a Religião continuava a ser o elemento de ligação entre o poder e a sociedade?

O século XX, deste modo, ao mesmo tempo em que reforçou o processo de secularização, criou as condições para o ressurgimento gradativo das religiões monoteístas no cenário político internacional. Essa aparente contradição pode ser sentida pelo fato de ser um século de transição. Os Estados nacionais se fortaleceram com o processo de descolonização, e assistimos o sentimento de nacionalismo e a secularização, com a força do Estado laico, que Rousseau chama de Religião civil. Esse quadro se transforma em globalização, com a criação dos mercados regionais, reforçando o fundamentalismo e a força das Religiões monoteístas. Como se processou essa mudança?

A característica básica desse século, portanto, aconteceu após a segunda guerra mundial. Havia uma competição inédita nas relações internacionais entre dois projetos laicos de globalização que se apresentavam neutros em relação ao embate do mundo das religiões. As lideranças desses projetos estavam centradas, respectivamente, nos Estados Unidos da América (EUA), que tinha por foco ideológico o valor da *liberdade*, e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o valor da *igualdade*. Tornou-se o clássico embate entre a direita contra a esquerda

¹ Sobre o tema, ver PARENTE, 2005.

política que dividiu gerações de militantes desde a Revolução francesa de 1789. Essa diversidade ideológica do mundo laico aparecia sempre como a expressão da racionalidade sobre o mundo *ingênuo* da emotividade, próprio das religiões.

Com o desmoronamento do socialismo real, no final da década de 1980, os vencedores, vinculados aos valores da liberdade, chegaram a comemorar o *fim da história*. Seria a chegada do paraíso na terra? Claro que o mundo ainda não era o *Éden*. O processo de globalização, contudo, na medida em que se consolida e se afirma inexorável, se revela também como um projeto messiânico e essencialmente religioso, pois a perspectiva de um mundo mais humano, mais justo e mais solidário, continua tendo essa conotação. A competição entre direita e esquerda, muito forte no século XX, veio a se revelar uma luta estratégica do Ocidente contra o Oriente na construção de *um só rebanho e um só pastor* – globalização. Essas ideologias estavam amparadas nas duas principais seitas da *religião civil*, como denominou Rousseau ao se referir à religião do Estado laico: a ênfase na liberdade de um lado e na igualdade, do outro.

A guerra fria não chamou a atenção como *choque de civilizações*, pois os dois pólos, apesar de geograficamente estarem diametralmente opostos, localizados no Ocidente e no Oriente, tinham uma luta unificada pela idéia – como seitas religiosas – de liberdade e de igualdade decorrentes dos *Estados laicos*. As religiões teocráticas, aproveitando espaços vazios por ter caído a máscara da neutralidade do processo de secularização, entraram novamente em cena na nova ordem mundial e de forma solene. Surgiu, então, a idéia tentadora de *choque de civilizações*. Samuel Huntington, em seu trabalho (Cf. 1997) sobre a sua recomposição da nova ordem mundial, escrito na última década do século XX, provocou um debate sobre o tema no momento em que se assistia a efervescência do islamismo.

O conceito de civilização, em Huntington, consta de entidades culturais distintas e de elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, que apenas

marcam elementos tópicos das relações sociais, pertençam ou não aos Estados nacionais. Sua tese parte da idéia de que, com o fim da Guerra Fria, a política internacional saiu da fase ocidental e passou a ter como foco principal a interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais, além das não-ocidentais entre si. Consideramos que, apesar de sedutor, e as civilizações existirem por detrás das religiões monoteístas, elas não poderiam ser o foco estratégico para impulsionar uma guerra fratricida, pois o interesse continua a base das relações internacionais, tanto de trocas econômicas, quanto da ética e da moral. O conceito de choque de civilizações não comporta essa complexidade de um mundo em processo de globalização.

A idéia de choque de civilização, além de não apreender a complexidade das relações internacionais, a questão básica continua sendo o interesse estratégico das potências e uma luta por representação. O aspecto cultural das tensões mundiais não justifica a passagem do ideológico, a questão da crise de representação numa nova ordem que ainda se estrutura, para o nível das civilizações, como acontece com a passagem do nacionalismo (quando o que se estrutura são os Estados nacionais) para o fundamentalismo (quando o principal processo em andamento é a globalização).

Defendemos, então, que a nova ordem internacional é mais um processo de complexificação de suas relações, já antevisto por Alex de Tocqueville ao argumentar sobre a inexorabilidade do valor da igualdade e apresentar o desafio: preservar o valor da liberdade, isto é, que o processo de massificação não destrua as minorias e os diferentes. Essa dinâmica dos valores da igualdade e da liberdade, própria da religião civil, tem orientado acontecimentos internacionais desde sua sistematização no século XVIII, com Montesquieu (liberdade) e Rousseau (igualdade).

Essa luta da liberdade e da igualdade são valores complementares, mas que eles podem ser assimilados de forma fundamentalista. Essas verdades foram efetivadas, já nessa época, pelo federalismo americano, que se inspirou em Montesquieu, e

pela Revolução Francesa, que fez de Rousseau o primeiro revolucionário e os jacobinos se inspiram nos seus valores de igualdade. A Guerra Fria pode ter sido também uma antevisão de Tocqueville, que viveu na primeira metade do século XIX. Assim, na modernidade e na religião civil, a dinâmica da liberdade e da igualdade tem motivado lutas e realizações na direção da argumentação tocqueviliana de um processo de complexificação e de realizações.

O multilateralismo, portanto, que no primeiro momento foi realizado com a Liga das Nações e, posteriormente à Segunda Guerra Mundial, com a ONU (Organizações das Nações Unidas), buscava realizar a paz e a ordem com o olhar dos vencedores. Esses mecanismos, que refletiam uma ordem dada, se complexifica e as regras dos vencedores precisam ser ajustadas ao novo quadro. Emile Durkheim já refletiu sobre essa realidade na dinâmica dos Estados nacionais. Com a globalização, inclusive, espera-se que o imperialismo seja substituído pelo que os americanos chamam de “hegemonon”. Essa nova realidade reflete um processo contínuo e tocqueviliano da inexorabilidade do processo de igualdade, mas que a liberdade precisa também preservar as minorias. E essas são as duas bases do poder na modernidade, que se torna patrimônio da humanidade: o ‘espírito das leis’ e a ‘soberania popular’.

1 A minha passagem do local para o global: questões estruturais

O fundamentalismo, no início do século XXI, toma o espaço do sentimento de terror que varreu a humanidade no período da Guerra Fria, a globalização bipolar, pois está associada ao terrorismo. Entender essa realidade é o nosso objetivo nesse projeto de pós-doutorado e pretendemos desenvolvê-lo junto ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Nossa passagem de um estudo de caso que defendemos sobre a política do Ceará², na USP, sob orientação da professora Doutora Maria D’Alva Gil Kinzo, para discutir questões internacionais, não

² Ver tese defendida na USP: PARENTE, 2000.

foi por acaso. Consideramos mesmo como natural, pois interesses ideológicos internacionais afetaram a dinâmica política interna daquele Estado da federação brasileira e deixaram um rastro estrutural evidente. O Ceará foi palco de interesses internacionais que o tornaram ‘cobaia’ de pelo menos dois processos de conversão ideológica, isto é, de construção de um poder hegemônico que tinha intenção de ter um suporte na América Latina. Pelas lições estruturais imanentes, entramos num debate teórico para refletir a perspectiva desse quadro nas relações internacionais a partir mesmo dos aspectos estruturais que envolvem o nacionalismo e, com maior complexidade, o fundamentalismo.

Primeiro, a Igreja Católica assistia ao processo de secularização na Europa e quis reagir em várias frentes. Na América Latina, escolheu algumas cidades para formar quadros capazes de enfrentar as bases ideológicas, ‘religiosas’, da modernidade, que naquele momento eram o Liberalismo, a teoria da Evolução da Espécie e o Positivismo. O Ceará foi um desses Estados escolhidos, juntamente com a Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. São desses Estados ainda os principais bispos da Igreja Católica. Naquele momento, o capitalismo se consolidava na Europa, como base material, e chegava à política, isto é, se efetivava como sistema legitimador de governabilidade, prescindindo da religiosidade tradicional.

No segundo momento, na Pós-Segunda Guerra Mundial, foi a vez da Religião civil, a modernidade, ter sua base na América Latina. Era a luta da igualdade com a liberdade representada pela Guerra Fria. As Ligas Camponesas, no Nordeste, sobretudo em Pernambuco e Paraíba, aliadas ao populismo no meio urbano, lembravam a união operário-camponesa que derrotou o poder dos Czares na Rússia. Esse dado era assustador, no momento político, com a possibilidade de reprodução desse caminho. O Ceará, assim, novamente escolhido como um espaço para a formação de quadros, teve no Banco do Nordeste a instituição que intermediou o processo.

Na realidade brasileira, esses dois momentos são importantes para entender a parceria Ceará e São Paulo nos momentos em que amadurecem projetos nacionais mais consistentes, ideologicamente sustentados, onde a globalização assumia determinadas hegemonias no Ocidente. Assim, consideramos essas semelhanças como estruturais: o Integralismo com deputados apenas em São Paulo e Ceará, na década de 1930, e o PSDB, em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso se elege presidente da República, com o número representativo de deputados apenas em São Paulo e no Ceará.

Esses dados são representativos para sentir a tutela ideológica internacional, os mecanismos de globalização e suas estratégias de conversão. Por que o Ceará, no Nordeste, se apresentava como a opção das bases ideológicas do ocidente: o Vaticano e depois Washington? Em 1930, com quadros conservadores, e em 1980, inicia um processo de adaptação de uma globalização liberal.

Sem querer reproduzir todos os argumentos defendidos na tese apresentada, lembramos, como representativo, os discursos estruturalmente semelhantes de George Bush, com a queda das Torres Gêmeas, e o da Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1930, no Ceará, no debate político local. Bush dizia que “a luta é do bem contra o mal. Ou se é contra o terrorismo e pela América, ou se é a favor do terrorismo e contra a América”. No Ceará, argumento semelhante foi usado como justificativa para a LEC não dar mais apoio ao Integralismo na eleição municipal de 1936. A sua resposta é reveladora da força do conservadorismo: “candidatos que, favorecendo os Arrais, contrários às nossas fileiras, vêm desagregar as forças do bem, não se podem impor, absolutamente às nossas simpatias”.

Assim, a nossa passagem do nível local para o internacional foi apenas de enfoque, pois, estruturalmente, consideramos que permanecemos com a mesma problemática. O Ceará foi laboratório de interesses internacionais, das matrizes globalizantes: a Igreja Católica Romana e a Modernidade (Banco Mundial) em momento de transformação social. O Professor Dr. Gabriel Cohn, na nossa banca de exame final da tese do doutorado em Ciência Política, nos

fez um desafio instigante ao comentar que a teoria utilizada naquele momento era a parte que mereceria maior dedicação, pois era o ponto mais frágil. E é esse desafio que está sendo enfrentado ao passar para o nível estrutural mais complexo.

2 Problemática e metodologia

A democracia política, como uma tendência irreversível de organização política dos Estados nacionais laicos, entra em crise na segunda metade do século XX. Eric Hobsbawm, com sua perspicácia, já chamava a atenção para este fato e se mostrava pessimista com a perspectiva da democracia nesta nova ordem mundial que se descortinava. Ele lamentava que

à medida em que se aproximava o novo milênio, as incertezas em torno da democracia política não mais pareciam assim tão remotas. O mundo pode estar, infelizmente, reentrando num período em que as vantagens desse sistema não pareçam mais tão óbvias quanto entre 1950 e 1990 (HOBSBAWM, 1995, p. 143).

A visão de Alex de Tocqueville de que a igualdade, na modernidade, era um fenômeno irreversível e inexorável e que o grande desafio é exatamente preservar a liberdade, continua a dar conta da dinâmica do processo de sociabilidade da nova ordem. Mais precisamente, ele percebia que o desafio a ser enfrentado encontra-se na necessidade de impedir que a massificação não destruísse as minorias:

Quando se percorrem as páginas de nossa história, não se encontram, poder-se-ia dizer, grandes acontecimentos que, após setecentos anos, não se tenham levantado em proveito da igualdade. As Cruzadas e as guerras inglesas dizimam os nobres e lhes dividem as terras; a instituição das comunas implanta a liberdade democrática no seio da democracia feudal; a descoberta das armas de fogo iguala plebeu e nobre no campo de batalha; a imprensa oferece iguais recursos à inteligência deste e daquele; o correio vem trazer a luz à soleira da cabana do pobre assim como à porta do palácio; o protestantismo afirma que todos os homens estão igualmente em condições de encontrar o caminho do céu. A América, ao ser descoberta, oferece à fortuna mil novos caminhos

e põe ao alcance do aventureiro obscuro as riquezas e o poder (TOCQUEVILLE, 1987, p. 13).

Assim, partindo de uma leitura rousseuniana de que a democracia é uma atitude religiosa da modernidade, pois o cidadão é o religioso da Religião civil, se impõe o argumento antropológico de que a religião é uma força imanente e universal da cultura. A tradição ou o mercado, como forças estruturadoras em si, chega à política como religião, pois por definição, Ela é a ligação entre o céu e a terra, a política e a sociedade. Assim, defenderemos o argumento marxiano de que o mercado, para se tornar uma força estruturante na sociedade, no caso dos Estados laicos, teve que chegar na política como Religião civil.

Esta realidade nos permite levantar um outro argumento: o fundamentalismo, como característica da nova ordem, constitui um processo de complexidade da mundialização, ou ainda, da globalização dos mercados. As religiões monoteístas buscam seus fundamentos para o certame, na arena política, pela hegemonia. A globalização liberal é uma postura religiosa. O destaque para as religiões monoteístas deve-se ao fato de elas terem em comum com o liberalismo a idéia de que a vida neste mundo termina com a morte. As religiões que tratam com reencarnação, ao contrário, são mais comunitárias, pois não têm preocupação hegemônica, isto é, missionária de construção de projetos globalizantes.

Nesse quadro de religiosidade explícita, como se coloca a articulação desses Estados que se organizam como novos blocos econômicos e culturais com destaque para a União Européia (UE) tornando-se uma federação? Como compreender a China crescendo rapidamente e dando o tom econômico, de um lado, e os países emergentes buscando se organizar, de outro?

Estas questões tornaram-se relevantes com o encontro, promovido pelo Brasil, no início de maio de 2005, entre a América Latina e os países árabes, quando se percebeu a dificuldade de confeccionar uma carta final de avaliação do encontro, pois duas palavras ocasionaram polêmica: democracia e representatividade internacional a partir da Religião. Esta última reivindicação era dos

países Árabes, que já percebem a Religião como um mecanismo de representação no cenário internacional. Sentiu-se que democracia é uma palavra religiosa³.

A União Européia (EU) entra nesse quadro de forma contraditória. Sendo o berço da força política do Cristianismo, como sede da capital do Império, foi também o nascedouro da força religiosa da secularização, com a modernidade. A UE ganha, a partir da hegemonia liberal, liderada inicialmente pelo império inglês no século XIX, um movimento de recristianização liderado pela Igreja Católica⁴. Os sinais estão muito claros para o início do século XXI, e a escolha do substituto de João Paulo II, na pessoa do cardeal Joseph Ratzinger, reforça esse projeto de cristianização da Europa. Ele lançou, no ano de 2000, um documento chamado *Dominus Jesus*, que

aborda a relação de Cristo e a Igreja Católica com as demais igrejas e religiões. Aí se sustenta que a Igreja Católica é a única Igreja de Cristo. As demais denominações cristãs não são igreja, trata-se de usurpação do título. Possuem apenas elementos eclesiais. O catolicismo comparece também como a única Religião verdadeira, e os que não se converterem à Igreja Católica Apostólica Romana correm risco de perdição eterna (BOFF, 2002, p. 18)⁵.

Esse fundamentalismo e o próprio nome escolhido por J. Ratzinger para governar a Igreja, constituem sinais desse processo de se apresentar à Europa, num momento em que ela se organiza para se tornar forte na correlação de forças da globalização, e reforçam o projeto da Igreja de apresentar a visão cristã não apenas

3 Vede de um paquistanês convertido à Modernidade: ALI, 2002.

4 Para entender o papel da Igreja Católica no Brasil nesse processo de recuperar espaços políticos com a Constituinte de 1889, de hegemonia positivista, Vede: PARENTE, [s.d]. Mais precisamente para a globalização, Vede AMERÍNDIA (Org.), 1998. Nesse livro, uma gama de cientistas sociais enfrenta o desafio de pensar uma globalização alternativa ao neoliberalismo.

5Boff comenta que “cinquenta anos de trabalho ecumênico, de diálogo inter-religioso, aparentemente se esvaíram, porque as velhas teses medievais da Igreja, como única portadora dos desígnios de Deus, e fora da qual não há salvação, foram ressuscitadas”.

como uma identidade, mas como um projeto alternativo ao neoliberalismo, onde se recuperaria a solidariedade e se instalaria a condição de governabilidade. O Vaticano se apresenta à Europa, então, não apenas para cristianizá-la, buscando suas origens, mas como uma força política de novo modelo de globalização. Ela busca as suas raízes, assim como o fundamentalismo de Bush também empurrou setores do islamismo nesta direção. E os sinais estão dados: São Bento cristianizou a Europa no século V, sendo considerado o seu padroeiro e Bento XV foi um amante da paz na primeira guerra mundial.

A China, nesse contexto, é a grande incógnita. Carlos Aguiar de Medeiros a compara com a Alemanha do pós-guerra, quando esta recuperava o que o conflito havia destruído (Cf. MEDEIROS, 2004, p. 139-178) e teve um crescimento semelhante ao da China no início do século XXI. A diferença mais importante é que, na Alemanha existia uma base militar americana que poderia tutelar esse desenvolvimento, o que não acontece com a China. Vê-se aquele País-continente como uma missão salvadora do momento de crise do capitalismo, aliás com um modelo criativo, não pensado nos cânones dos economistas ocidentais, e que incorporou o que poderia assimilar do Ocidente, sem comprometer no essencial a sua cultura. Se o papel da China é importante no momento, no comércio internacional, uma China independente, que é sua tendência, o que significaria na nova correlação de forças? Qual a religiosidade que move aquele país-continente, além de um nacionalismo religioso⁶, e que possa aspirar a ser universalizante?

6 Ian Buruma, escritor e "fellow" no Instituto Woodrow Wilson de Humanidades, em Washington, e professor no Bard College, em Nova York, autor de "A Japanese Mirror" (Um Espelho Japonês, Vintage Books) e "Bad Elements" (Maus Elementos, Random House), entre outros, afirma que "esse patriotismo, baseado num sentimento coletivo de "vitimização" e na determinação em fazer da China a sobrevivente suprema entre as nações, tomou o lugar do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tse-tung como a ideologia oficial da República Popular da China. Os líderes do governo chinês são hábeis em utilizar a culpa japonesa pela guerra para influir sobre a diplomacia sino-japonesa", (BURUMA, Ian. "A Pátria Ideológica", in Folha de São Paulo, 17/04/2005, Caderno Mais, Tradução de Clara Allain). O resumo do

Ela chegou a chamar a atenção de Roma. Na eleição do papa Bento XVI, afirmou que só apoiaria a Igreja Católica, via Igreja Patriótica, se ela fosse contra a parte da China Ocidental cuja pretensão Pequim intenta barrar de se tornar independente. Será, inclusive, um ponto de embate com o Ocidente.

Saindo deste contexto do fundamentalismo, onde a Índia pode nos trazer uma boa base empírica, e enfocando a crise de representação anunciada acima como outro enfoque importante para enfrentar a crise da modernidade, a problemática é semelhante à enfrentada pelos teóricos do Estado moderno, nos séculos XVIII e XIX, com a problemática da convivência na diversidade a partir da teoria da representação. Essa questão desembocou na teoria dos partidos políticos. Isso quer dizer que os partidos políticos surgiram independente da teoria, pois liberais, como Montesquieu, e democratas, como Rousseau, não conseguiram atinar com a possibilidade de que a divisão da sociedade em classe não gerasse o problema das facções e, conseqüentemente, do que hoje é conhecido como governabilidade. Se Montesquieu não vislumbrava uma saída teórica no espírito das leis, Rousseau apelou para a convocação de assembleias permanentes, pois ‘desconfiava’ da representação numa sociedade que corrompia os homens.

A onda neoconservadora orquestrada pelos Estados Unidos no início do século XXI traz uma pausa em algumas tendências que a globalização liberal apontava, mas revela um dado novo no jogo das relações internacionais: a Religião com um elemento universal e o seu lado inerente à constituição dos Estados nacionais. Se essa onda de fundamentalismo for apenas conjuntural, como foi o neoliberalismo após a queda do muro de Berlim, porém revela a Religião como um componente estrutural no jogo das relações internacionais, que volta a ter um papel não apenas mais importante nas decisões globais, mas terá que ser considerada como um componente decisivo para o debate da paz (Cf. ARINZE, 2002).

artigo diz que “defesa da supremacia étnica cultivada pelo imperialismo japonês determinou o atual nacionalismo de Estado na China e Coréia do Norte e explica a passividade das populações aos regimes totalitários”.

Com esta problemática, vale uma nota para a elaboração do projeto: para dar conta de apreender intelectualmente esse processo, desenvolveremos o tema com uma metodologia consagrada nas Ciências Sociais, destacando-se a busca de dados da conjuntura como reforço dos argumentos que destacam a estrutura, além de alguns interlocutores privilegiados que, de alguma forma, debatem a problemática. Estamos programando realizar o relatório em forma de artigos que serão publicados em revistas indexadas. O primeiro acaba de ser publicado (CF. PARENTE, 2005, p. 71-124) e é onde desenvolvemos nossa preocupação teórica, tendo como objetivo reforçar o argumento rousseauiano de que a modernidade é uma religião civil, e já apresentando um roteiro de nossa investigação.

Referências

- ALI, Tariq. **Confrontos de fundamentalismos: Cruzadas, Jihads e Modernidade**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.
- AMERÍNDIA (Org.). **Globalizar a esperança**. Trad. de Maria Luisa Garcia Prado e Mariana Nunes R. Echalar. São Paulo: Paulinas, 1998.
- ARINZE, Cardeal Francis. **Religiões para a paz: um apelo de solidariedade às religiões do mundo**. São Paulo: Pensamento, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- HOBSBAWM, Erick. **A Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de Medeiros. A economia política da internacionalização dos EUA, Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luiz (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PARENTE, F. Josênio C. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Edições UFC e UVA, 2000.
- _____. **Anauê: os Camisas Verdes no poder**. Fortaleza: Edições UFC, [s.d].
- _____. Fundamentalismo – teologia na nova ordem mundial. **Revista do Observatório das Nacionalidades**. vol. 1, n. 1, jul/dez, 2005.

TOCQUEVILLE, Alex de. **A democracia na América**. 3. ed. São Paulo: Editora Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1987.

**Francisco Josênio Camelo Parente*
Doutorando no IUPE-RJ

Endereço para contato:

e-mail: fjosenio@terra.com.br